
005ª Sessão Ordinária 13FEV2017

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem de trabalho, para que passemos o período de Grande Expediente para o final da Sessão. Em votação. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro, Ver.^a Fernanda Melchionna, queria me solidarizar com V. Exa. pelo ocorrido na frente do nosso auditório com um cidadão que se diz do MBL. Não sei o nome dele, mas foi constrangedor, estava ali no momento. Digo isso de me solidarizar com a senhora também para nós tomarmos mais cuidado. Logo em seguida, também tive um problema com alguém que veio cobrar alguma coisa que disse na tribuna. Acho que nós temos que cuidar muito. Eles vêm com essa coisa de blogueiro, isso não é ser blogueiro, isso é constranger. Vi esse cidadão lhe pegar pelo braço, com força, não é possível! Nós temos que tomar providência, seja da direita, seja da esquerda, seja de qualquer lugar, acho que o Vereador tem que ter o direito de falar na tribuna e expressar o seu ponto de vista.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, queria, de público, lhe agradecer, agradecer a solidariedade, agradecer a sua intervenção no momento. De fato, foi bem como o senhor falou, ele pegou o meu braço com força. A sua intervenção foi bastante precisa. Esse cidadão foi um dos envolvidos no

caso da Deputada Juliana Brizola, no caso da Esquina Democrática, durante a campanha eleitoral, um caso muito grave, um caso muito sério. Queria, de público, agradecer pela solidariedade e dizer que, de fato, isso é inadmissível.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Vereadora. Nós estamos na metade do mês de fevereiro, já temos 15 dias de Legislatura. Para muitos dos colegas Vereadores que estão aqui, são os primeiros 15 dias como Vereador. Eu queria dizer que estou muito feliz, porque ganhamos muitos bons Vereadores, muitos bons colegas: Ver. Robaina, Ver. Carús, Ver. Wambert. Desculpem se não falo o nome de alguém, mas são todos Vereadores que contribuem para o engrandecimento desta Câmara. Este ano, certamente, os Vereadores que estão iniciando serão protagonistas de muitas propostas, e é normal que seja assim, Vereadores sendo protagonistas de novas ideias, de novas propostas.

Eu quero dizer que votarei de acordo com a consciência e com o convencimento, sem olhar para partido, se é oposição, se é situação, se é do bloco A ou do bloco B. Nós temos que fazer com que a população que nos acompanha tenha a certeza de que o Vereador em que ela votou está fazendo o seu papel. É isso que eu acho que nós temos que fazer, fazer o nosso papel, cumprir com aquilo que a nossa consciência dita, fazer com que o cidadão que vem à Câmara como o último recurso tenha o respaldo e a verdade, que a gente diga o que se pode e o que não se pode fazer. Eu tenho certeza de que todos vocês, os antigos e os novos Vereadores, farão tudo para que a população tenha o melhor daquilo que a gente pode dar. Muitas vezes até um “não” que a gente diga satisfaz o cidadão, porque ele saberá que não dá para fazer aquilo que ele pensava que se pudesse fazer. É nisso que eu estou me baseando para cumprir este mandato, para dar a retribuição do voto me foi confiado. O mandato é de quem votou não em mim, de quem votou para qualquer Vereador que se elegeu e para aqueles que foram candidatos e não se elegeram, mas também têm boas ideias para contribuir. Estou aberto, o gabinete está aberto para receber sugestões, e os colegas também, para receber apoio e dar apoio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que solicita representar esta Casa no XV Encontro Nacional de Legislativos Municipais, na cidade de Brasília, DF, no período de 14 a 16 de fevereiro de 2017.

O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que o tema, que na semana que vem nós teremos a oportunidade de debater mais diretamente com o Secretário da Fazenda, deve seguir na nossa pauta. Hoje à tarde, nós vamos discutir o projeto de lei que diz a respeito aos municipais, acho que eles são os principais interessados e preocupados com as finanças da Prefeitura, mas a cidade de Porto Alegre deve se ligar a esse tema de maneira aprofundada. E eu, revisando as matérias deste primeiro mês de férias, mês de janeiro, e agora fevereiro, nós vamos que ver, na verdade, não são só os dois governos que não se entendem, Vereadores, mas o próprio Prefeito Marchezan tinha uma projeção e hoje identifica um valor menor. Eu tenho, na matéria de 4 de janeiro, a divergência de números: Fortunati projetava uma receita de R\$ 6,94 bilhões para 2017 e uma despesa de R\$ 6,94 bilhões; e Nelson Marchezan falava que a despesa era de R\$ 7,3 bilhões e que a receita era apenas de R\$ 6,14 bilhões. Ou seja, sem déficit nenhum, pela projeção do Prefeito que saía, que, ou estava mascarando, mas, em tese, é quem mais domina os números, está na ponta dos dedos e da língua a questão das finanças, e, de outro lado, um déficit de R\$ 1,16 bilhão previstos pelo Prefeito Marchezan – obviamente que era dia 4 de janeiro, era início do mês. Na semana que passou, sexta-feira, o Secretário das Finanças anuncia que a gestão de Marchezan herdou R\$ 507 milhões em dívidas da Administração anterior, e fala que R\$ 104 milhões são referentes a empenhos anulados, R\$ 120 milhões de despesas sem empenho e R\$ 140 milhões de empenhos não pagos. Em janeiro, R\$ 76 milhões foram pagos do total de despesas. Deste valor, R\$ 33 milhões foram destinados para a parcela de dezembro de 2016 das sentenças judiciais – precatórios – e teve que ser paga em janeiro. Mais lá na frente, ele vai afirmar que inclui nesses valores o saque de fundos – isso me chamou atenção. Na verdade, o Ver. Cláudio Janta tem falado muito no tema dos fundos que a Prefeitura buscou para equilibrar suas contas. Achei que não era um

valor tão significativo. Mas o que eu quero trazer aqui para o nosso debate e para o aprofundamento que nós temos que fazer? Que os números mais ou menos se encontram em R\$ 7 bilhões de orçamento. Uma Prefeitura com uma dívida de R\$ 507 milhões é perfeitamente administrável, na minha avaliação, porque nós temos R\$ 7 bilhões de receita, esses R\$ 507 milhões, possivelmente, tranquilos de serem parcelados, porque são, inclusive, valores de serviços continuados, provavelmente, de obras, enfim. Não é tão feio, como parecia, o problema da Prefeitura, a não ser que nós tenhamos um fluxo de caixa, de despesas correntes com pessoal, ou seja, um comprometimento que é muito difícil de mexer, que esteja extrapolando. Não eram os dados que nós tínhamos, Ver. Prof. Alex, no debate com o funcionalismo.

Encerro dizendo que nós acompanhamos o percentual de comprometimento com as receitas da Prefeitura com o pessoal e sabíamos que estávamos longe ainda da margem prudencial, dos 52% de comprometimento com o pessoal. O que a gente tem de informações – agora do dia 4, ainda não são os dados oficiais – são R\$ 3,4 bilhões, o que fica abaixo dos 50% com o pessoal, e lá no custeio é que tem dois bilhões e pouco, o custeio nós sabemos que é possível trabalhar e enxugar. O que a gente espera nesse debate que tem ainda números muito desencontrados, é bastante transparência, mas principalmente uma construção de solução coletiva que envolva os municipais.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Mônica Leal.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudar o Presidente, saudar as Vereadoras e os Vereadores. Em primeiro lugar, eu entendi a dificuldade da Ver.^a Sofia Cavedon explicar ou fazer uma conotação de cotejamento entre uma Prefeitura que, ao chegar aqui, no final de 2015, tinha um superávit de R\$ 231,2 milhões, e chega no final de 2016 com um rombo de mais de R\$ 1 bilhão de déficit. Isso realmente é muito difícil.

Eu queria tocar num ponto aqui, até porque eu sou meio do interior e meio da Capital – eu já estou mais tempo na Capital do que na minha terra, São Borja. Mas entendo um pouco, até porque trabalhei com a questão da agricultura, quando São Borja era a capital do trigo e da produção agrícola do País, portanto era rica.

Eu quero falar sobre o tema do Banrisul, que é um tema que nos sai muito caro, pois eu vejo muita gente dando opinião, inclusive, li um dia no jornal uma opinião de uma pessoa da Capital que dizia que o Banrisul era simplesmente para dar crédito consignado. Totalmente equivocado! O Banrisul não é da Capital, ele é do Estado do Rio Grande do Sul e, assim mesmo, tem algumas sucursais em vários estados em crescimento. Dizendo isso, eu quero dizer que o Banrisul, lá do interior, fomenta o micro, o pequeno, o médio empresário; ele fomenta o micro, o médio, o pequeno produtor. Muita gente não sabe que o nosso Estado é constituído de uma maioria muito substancial de Municípios pequenos, da pequena produção agrícola. Muita gente não sabe que a maioria dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, ou mais da metade, não tem 15 mil habitantes. Naturalmente, o Banrisul, nesses Municípios, fomenta a economia, o crescimento dessas cidades em todos os aspectos. E nós temos que lembrar que para privatizar o Banrisul tem que haver um plebiscito, e esse plebiscito vai desmistificar a capacidade do Banrisul na economia do nosso Estado, que muita gente não tem conhecimento, pensa que é somente para dar empréstimos. Não! O Banrisul é um dos maiores bancos deste País. Ou vocês acham que ele está hoje ainda firme, sólido e concreto se desse prejuízo ao Estado? Muita gente ainda pensa que o Governador pode chegar no Banrisul e pegar o dinheiro a qualquer hora que está resolvido. Não, gente! O Banrisul é fiscalizado pela regulamentação do Banco Central! Não é assim! Então, é um banco normal.

Nós temos que botar na cabeça que bancos... Vocês podem pegar o exemplo da Argentina: quando a Argentina quebrou os bancos quebraram juntos, ou foi o inverso, os bancos quebraram e a Argentina quebrou. Os bancos não são adversários de ninguém. O banco não fixa por si só o seu juro, isso é através do Banco Central. Tem gente que pensa que o Governo do Estado vai lá no Banrisul e pega o dinheiro a qualquer momento e paga a dívida. Não, gente! Não é assim! É fiscalizado pelo Banco Central e tem que prestar contas. Então é por isso que eu sou favorável que o Banrisul permaneça fomentando o nosso Estado, porque a maioria é de Municípios de produção agrícola, que tem uma estrutura consolidada na agricultura, na maioria das vezes, familiar. E aí está presente o Banrisul, com a sua estrutura, com o seu apoio, fomentando a economia dessas regiões e do nosso Estado. Muito cuidado quando se fala em Banrisul! O Banrisul está bem, fomenta o nosso Estado, faz crescer a economia, o desenvolvimento regional, portanto, nesse aspecto, nós entendemos que o Banrisul deve permanecer, bem

administrado, com boa gestão, porque ele é muito útil para fomentar a nossa economia. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o Memorando nº 043/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação do evento IV Seminário Nacional de Vereadores do PDT – O Trabalhismo e a Nova Gestão Pública Municipal: desafios à construção de um mandato transparente e participativo, na cidade de Brasília, DF, nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017.

Apregoo o Memorando nº 044/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no Seminário de Integração Operacional do Cofeci, na cidade de Foz de Iguaçu, PR, no período de 13 a 15 de fevereiro 2017.

Apregoo Ofício nº 007/17, de autoria desta Presidência, informando que, por solicitação, o Ver. Matheus Ayres representará esta Casa na solenidade de Passagem de Comando do 4º Regimento de Polícia Montada - Regimento Bento Gonçalves, no dia 13 de fevereiro de 2017.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Presidente, demais Vereadores, há um tema que nós ainda estamos discutindo pouco, que creio que seja algo que vá se desenvolver ainda como crise na Cidade. Não sei a dimensão da crise, mas sei que o tema do transporte público é complicado, que envolve rodoviários. Por um lado, a categoria dos rodoviários está em campanha salarial, ela tem direito à reposição salarial, um direito constitucional, ela está se mobilizando. A patronal tem sido invariavelmente inflexível nas negociações, e, como sempre, a patronal trata de passar à população o que é uma obrigação sua, repassando para os preços das tarifas de ônibus o que é uma obrigação dela, porque o sistema de transporte público garante alta lucratividade para os empresários. Por isso os empresários privados sempre se mantêm nesse negócio, apesar de reclamarem muito, mas eles seguem fazendo esse negócio, não abandonam nunca. Se não abandonam nunca, é porque têm lucro. É da lógica da iniciativa privada só fazer

negócios quando garante lucros. Portanto, os empresários privados que têm essa concessão pública estão, sim, interessados em continuar no sistema, mas nunca estão interessados em melhorar a situação dos rodoviários.

Agora o Governo Municipal fez uma consulta à população, por incrível que pareça, que não tem legalidade. E eu quero transmitir ao Governo Marchezan e para a Liderança do Governo na Câmara, que ainda precisa se apresentar, que a consulta perguntando se a população concorda com o reajuste para os rodoviários não compete à população, já que é um dissídio legal, portanto, os rodoviários têm esse direito de garantir o seu reajuste salarial. Dessa forma, o Governo acaba tomando lado num conflito que existe na Cidade, que é um conflito privado entre os empresários privados do transporte e os rodoviários. Isso é muito grave, tomar lado a favor dos empresários. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que nos preocupa, e preocupa muito, é que a Câmara de Vereadores votou, em dezembro no ano passado, uma isenção do ISSQN para os empresários, foi votada a prorrogação dessa isenção. Os cálculos do Governo dizem que o montante dessa renúncia fiscal, para 2017, chega a mais de R\$ 17 milhões. O Ver. Reginaldo Pujol, inclusive, fez uma emenda que garante também a isenção para 2018; prorroga até 2018, o que nos cálculos dá mais R\$ 18 milhões. Pois bem, uma renúncia fiscal é objeto de debate e muitas vezes é válido fazer uma renúncia fiscal. Eu não quero criticar a renúncia fiscal em si mesma, embora nós saibamos que o Governo Municipal está reclamando muito de que não há dinheiro nos cofres públicos, mas fez uma renúncia fiscal para os empresários do transporte coletivo. Na justificativa dessa renúncia fiscal, o Prefeito Fortunati, na época, deixou claro que fazia essa justificativa em nome do Prefeito eleito Nelson Marchezan. Portanto, aquele projeto votado em dezembro já era um projeto do Prefeito Marchezan, e assim que foi trazido para a Câmara, foi por ela votado. O projeto do Prefeito Marchezan colocava que a isenção teria como consequência a manutenção da tarifa para o ano legislativo seguinte, portanto, para este ano. E agora resulta que Porto Alegre está debatendo se vai ter o reajuste de R\$ 4,30 como é pedido pela ATP, se vai ser R\$ 4,05, quando na verdade a Câmara dos Vereadores votou, no ano passado, uma isenção de R\$ 18 milhões para os empresários privados do transporte público. Portanto, uma renúncia fiscal que tira dinheiro dos públicos, que necessitam de recursos, para que os empresários, como contrapartida, garantissem a manutenção das tarifas. E

os empresários querem aumento da tarifa e o próprio Prefeito Marchezan tem dito que algum reajuste das tarifas ele vai ter que conceder.

A Bancada do PSOL, no caso, a Ver.^a Fernanda Melchionna e o Ver. Alex Fraga não votaram nessa isenção, mas até se toparia ter essa isenção, desde que tivesse uma contrapartida para a população. Não é possível que os empresários privados não paguem os impostos como devem pagar e, ao mesmo tempo, não garantam os serviços e a manutenção das tarifas, quando todos sabem o tamanho da carestia em que vive o Brasil, em que vive Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras que estão conosco nesta tarde. Aqui vou falar nesses cinco minutos para prestar uma homenagem ao nosso Conselho Regional de Representantes Comerciais aqui do Rio Grande do Sul e, com muita satisfação, vejo muitos de vocês presentes nesta homenagem. Para nominar a todos, nominarei o nosso Uriel Canarim, que é o nosso Presidente, esteve de licença médica até ontem, e está conosco o nosso querido Vice-Presidente, particular amigo, Roberto Salvo. E dizer que esta homenagem expressa 51 anos de existência do Conselho de Representantes Comerciais. O Conselho Federal foi criado em 1965, e o Conselho do Rio Grande do Sul instalado em 7 de fevereiro de 1966. Quero parabenizar o Conselho, as suas diretorias, a diretoria atual e, em especial, os servidores e os representantes comerciais do Estado do Rio Grande do Sul.

Vender requer técnica, requer sabedoria, requer conhecimento do que se vende, saber o que eu quero vender e requer a segurança de saber “Estou vendendo um produto que traz benefícios à sociedade”, porque, com isso, nós nos fortalecemos nos nossos argumentos. Portanto, relacionamento, confiança, persistência são marcas do vendedor. Como aqui nós temos aqui o empreendedor representante, eu vou fazer um parêntese, vocês me permitam isso, que é uma oportunidade que tenho. Nesta semana estive no meu gabinete um senhor, com minha idade, ele disse que perdeu emprego e quer vender

ovos. Ele disse que conhece o assunto, ele compra ovos e revende ovos para vendedores, padarias, etc. Ele esteve na Secretaria encaminhando um pedido para fazer o seu alvará, para poder depois emitir nota da venda para o mercado. Sabe o que a Prefeitura disse? Que ele não poderia pegar o alvará antes de ter o estabelecimento enquanto comercial. Só que ele mora numa casa alugada, como ele vai colocar estabelecimento comercial, transferir para comercial um prédio que é um apartamento alugado? Portanto, essa luta do vender é uma luta de todos nós, e essencialmente dos políticos muito locais. Vamos trabalhar esse tema.

Quero dizer da importância do vendedor enquanto prestador de serviço e enquanto empreendedor, enquanto homem que trabalha no comércio e que traz, expressa e faz a democracia nos negócios. Nós temos os nossos representantes comerciais oferecendo os produtos, os diferentes milhares de produtos que se colocam à disposição nos nossos mercados consumidores. Portanto, nesta data de hoje, 13 de fevereiro, estamos parabenizando todos, essencialmente o nosso Conselho Regional, o Core, pelos seus 51 anos de atividade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) ...ressaltando a importância da presença, dentre tantos que estão aí, do Alexandre Fosqueira, homem da comunicação, esteve comigo no gabinete, por isso estou citando o seu nome, e a Aniuska Van Helden, também jornalista da área de comunicação. Aquele abraço a todos, parabéns e tenham certeza de que a Câmara de Vereadores expressa os cumprimentos pela data. Sucesso e felicidades a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Valter Nagelstein: Eu gostaria que ficasse registrado que me somo aqui a esta homenagem que, para mim, é muito cara. Meu avô, Henrique Nagelstein, era mascate, representante comercial, ia aos quatro cantos do Estado vendendo as suas mercadorias. Então eu quero me somar a esta homenagem, a esta categoria tão importante que ajudou a construir e faz parte da história do Rio Grande do Sul.

O Sr. João Carlos Nedel: Quero dizer que a Bancada do Partido Progressista também se une às homenagens prestadas pelo Ver. Ferronato aos 51 anos do Conselho Regional dos Representantes Comerciais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Feitos os registros. Obrigado.

O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu utilizo o espaço da liderança do meu Partido, o PMDB, com a anuência do Líder da nossa Bancada, Ver. Idenir Cecchim, para anunciar um requerimento que nós protocolamos, hoje, aqui na Casa, que acredito ser da maior relevância, e esta Câmara sem dúvida alguma, deve aprofundar a discussão. Nós protocolamos hoje, respeitada, obviamente, a previsão regimental, um requerimento para a criação de uma comissão especial que analisará a disciplina sobre o mobiliário urbano em Porto Alegre. Por que isso? São muitos os projetos, e a sua grande maioria é de autoria dos próprios Vereadores ou Vereadoras, que trata dessa matéria, Ver. Professor Wambert. E os projetos, que têm os seus méritos, acabam separando, por óbvio, aquilo que é considerado mobiliário atinente às paradas de ônibus, àquilo que é considerado mobiliário que corresponde às bancas de revistas, às bancas dos chaveiros, aos equipamentos públicos nas praças e nos parques, e nós entendemos que é preciso uniformizar essa discussão. Até porque o Orçamento Público tem um cobertor muito curto e não será só com recursos oriundos do Poder Público que nós vamos conseguir viabilizar um mobiliário urbano qualificado que atenda à necessidade da população. Existem também outros programas que vinculam obrigações, que podem ser inseridos nesse debate, como o programa Adote uma Praça. Temos muitos adotantes, por exemplo, que deveriam cumprir com obrigações de qualificação e manutenção de mobiliário na Cidade e isso não acontece; mas a publicidade está sendo explorada lá nesse espaço público. Nós também temos situações de contrapartidas de importantes empreendimentos que se instalam na Cidade e estão sujeitos ao licenciamento urbanístico e ambiental, que poderiam contribuir para a qualidade do mobiliário e isso acaba não ocorrendo.

Então, de acordo com aquilo que prevê o Regimento da Câmara Municipal, teremos 60 dias, em caso de aprovação obviamente, preliminarmente nas comissões afins com o tema, e, depois, quando vier para a discussão e votação em plenário, peço aqui o apoio de todos porque tenho absoluta certeza de que a qualificação do mobiliário urbano em Porto Alegre é uma conquista que não pode ser só jogada na responsabilidade do Poder

Público. O empreendedor, a iniciativa privada de um modo geral também tem papel fundamental nisso. E muitas vezes algumas matérias vêm aqui, chegam meio tortas e acabam, via de regra, indo só para contemplação do mobiliário com exploração publicitária. Não é só isso, é muito mais do que isso! Porque o fim da qualificação do mobiliário urbano é o bem estar do cidadão. O fim da qualificação do mobiliário urbano não é só a exploração da atividade publicitária, é para o cidadão de Porto Alegre que precisa cada vez mais ocupar os espaços públicos. O cidadão de bem que vai ser o beneficiário dessa medida. Formar uma comissão especial que possa unificar as proposições sobre isso na Casa, que possa resgatar estudos que já foram produzidos nessa direção, até mesmo pelo Poder Executivo, que possa chamar o segmento privado que tem interesse nessa matéria, que compartilhe conosco as suas experiências e que possa também, por que não, buscar experiências externas, de outras capitais, de outras metrópoles que já viabilizaram licitações, que já viabilizaram legislações e que já caminharam no futuro de um mobiliário urbano que seja voltado para as pessoas e não para um ou outro grupo de pressão econômico. É esse o propósito desse nosso requerimento que vai seguir o seu curso normal de tramitação, mas já antecipo aqui um pedido a todos os colegas, Vereadores e Vereadoras: que nos apoiem. Tenho certeza de que o Poder Legislativo Municipal pode dar uma contribuição de extrema importância para que a nossa Cidade possa, sim, não sofrer mais com falta de toponímicos, falta de identificação das ruas, falta de bancas que sejam adequadas à paisagem urbana e à preservação do ambiente natural. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todas e a todos, em nome do Partido dos Trabalhadores agradeço o espaço que me concede para falar. Como não podia deixar de ser, o Ver. Robaina já tocou no tema, mas eu preciso recuperar o ocorrido na quinta-feira da semana passada. Enquanto aqui acontecia uma importante reunião para tratar do sistema carcerário, havia, naquele momento, uma manifestação contra o aumento da tarifa. Bom, a Cidade já está acostumada, sabe que a manifestação é um direito

constitucional legítimo, mas o final da manifestação... Ela foi finalizada justamente por uma ação policial da Brigada Militar e da Guarda Municipal, em que, pela primeira vez, percebo um forte protagonismo na ação repressiva. Isso requer aqui desta Casa uma análise mais cuidadosa para entender a que ponto chega a Guarda Municipal no sentido de atuar. Eu estava ali na manifestação e consegui verificar com meus próprios olhos esse protagonismo. Temos que entender bem qual é a política que a Guarda Municipal implementa nessas manifestações. Inclusive, hoje pela manhã, junto com a Comandante Nádia, a Comissão de Direito Humanos escutou as pessoas e, em particular, uma pessoa que foi detida naquele momento, um rapaz chamado Yuri, que estava portando uma placa e que prestava socorro às pessoas que estavam recebendo gás lacrimogêneo ou bala de borracha. E justamente esse sujeito, que está nas imagens do Sul 21, foi perseguido pela Brigada Militar, detido, e, depois, liberado logo na sequência. Então, vejam, nós vamos ter, nos próximos dias, certamente, outras manifestações, e esta Casa deve estar atenta ao tipo de repressão que se fará. Vejam, as pessoas que estavam aqui, seja o Yuri, ou seja o seu pai, o Andres, ambos concordavam que a Brigada Militar e as forças policiais devem atuar, devem fazer o seu trabalho, mas devem conseguir atuar, especificamente, não mais para todo mundo. O que quero dizer com isso? Quando há uma manifestação, e se alguém se aproveita dessa manifestação para um dano ao patrimônio ou para qualquer outra atividade que não é objeto dessa manifestação, deve o Estado saber intervir, eu diria, cirurgicamente, e não de forma genérica para o fim de terminar com a manifestação, que é o que justamente aconteceu.

Eu tenho pouco tempo, dois minutos apenas, e queria entrar no tema da tarifa. Então, vou entrar só de forma genérica. O Prefeito Marchezan está adotando a ideia da transparência. Acho que tenta colocar a marca de que seu Governo está sendo transparente ao publicar no *site*, ao fazer simulações, ao permitir que a população possa clicar ali e saber se concorda com a isenção, com a gratuidade, mas, vejam, não está tão transparente assim, eu diria ao Prefeito. Nós temos vários itens que não estão ali, e são itens determinantes para chegar ao cálculo. Os itens que determinam a memória de cálculo, ou seja, todo o histórico para chegar nos valores. Quero lembrar aqui que, há dois anos, o decreto que todo ano vem e que embasa o reajuste da tarifa, tinha valores discrepantes, como era o caso da vida útil dos pneus, que de um ano para o outro baixou de 230 mil quilômetros para 170 mil quilômetros, ou o consumo de combustível do mesmo

ônibus, que havia aumentado em mais 70%. De novo, temos aqui uma situação que está ali, está no *site*, é uma conquista da Cidade, é uma ação elogiável do Prefeito em tentar colocar na internet, colocar os dados, mas eles não estão completos, falta justamente a memória de cálculo, que apresente inúmeros outros temas, como, por exemplo, as receitas extratarifárias, que estão previstas no edital, devem compor o rendimento dos espaços publicitários, os rendimentos dos recursos que a população adianta do seu vale-transporte e do seu cartão Tri. Temos ainda muitos dados, e faço um pedido ao Prefeito para que, já que coloca a transparência como um valor, e o é, que o faça de forma total para conseguirmos entender, de uma vez por todas, quais são os valores que compõem efetivamente a tarifa e seu futuro, infelizmente, reajuste. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Vereador Nedel, que preside os trabalhos na Sessão desta segunda-feira, colegas Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos assistem; todos os cidadãos porto-alegrenses, eu tenho a certeza, assistiram, escutaram, entre surpresos e chocados, assim como eu, a notícia de que pichadores sofreram um choque elétrico quando planejaram e executaram a destruição de um prédio no Centro de Porto Alegre. Uma descarga elétrica atingiu, na madrugada, um pichador, enquanto ele tentava rabiscar um prédio entre a Av. Mauá e a Rua Siqueira Campos, no Centro de Porto Alegre. Pedro Ivo Hermes, 23 anos, morador de Esteio, morreu no local, e outro rapaz que o acompanhava, não identificado, ficou ferido, com queimaduras. Esse não é um episódio isolado. Em menos de dois anos nós assistimos várias dessas tragédias, eu diria assim, ocasionadas pela ânsia de cometer um crime - porque pichação é crime. Nós tivemos também no ano de 2014, eu me lembro muito bem, um episódio semelhante, um jovem de 17 anos morreu quando estava no 8º andar do Hotel Umbu, para pichar esse local. O que eu quero dizer com isso, que já não é de hoje, há longa data, eu me preocupo muito com a questão da pichação. É importante que as pessoas entendam que a pichação é um ato

de vandalismo, é crime, lei federal, ambiental, é considerada crime. Mas nós ainda assistimos essa prática na cidade de Porto Alegre que tenta, de todas as formas, apagar a nossa história, roubar a memória da Capital; diferente da grafiteagem, que é uma arte urbana. Então, preocupada com isso, eu também sou autora do disque-pichação. Lembro muito bem que, na época do Governo Fogaça, eu apresentei a ideia do Disque-Pichação, para que as pessoas tivessem uma ferramenta com a possibilidade de ao constatar que havia um criminoso, um vândalo, um pichador destruindo um imóvel particular, ou um bem público, elas se utilizassem deste Disque-Pichação para denunciar.

Eu fiz uma pesquisa e foi constatado que o grande problema do Disque-Pichação, que recebe essas denúncias através da Guarda Municipal, que tem um papel importantíssimo nesse trabalho, tem uma necessidade, nesse momento, de ser conhecido pela sociedade. Então, entrei com uma indicação ao Prefeito Marchezan solicitando que seja feita a viabilidade de uma campanha publicitária do Disque-Pichação, do número 153, em meio à comunidade porto-alegrense, de forma que nós possamos oferecer aos cidadãos essa ferramenta para denúncia. Por outro lado, também temos que trabalhar na prevenção. Eu penso que é importante que se atue nas escolas para que as crianças entendam que pichar é crime, que é um ato de vandalismo. Eu também encaminhei a Indicação com o propósito de solicitar a viabilidade da inclusão, no Plano Municipal de Educação e Diretrizes, voltada à diferenciação entre grafite e pichação. Ou seja, que as crianças entendam que pichar é destruir, pichar é cometer um crime, e grafiteagem é arte urbana e é muito bem-vinda. Acredito que, dessa forma, estaremos trabalhando de duas maneiras: na prevenção e na punição. O que não podemos mais aceitar é que a nossa Cidade seja, cada vez mais, destruída. Por isso, quando do meu primeiro mandato como suplente, entrei também com a modificação no Código de Postura de Porto Alegre para que ampliasse, aumentasse a penalidade para o pichador que até então pagava só multa para os cofres públicos e hoje ele é obrigado a entregar o bem público ou o privado tal qual ele o encontrou. Se for um patrimônio cultural, ele tem que contratar um restaurador e pagar esse serviço. Então teremos mais penalidades. Isso não é de agora, já venho caminhando nesse trabalho desde o meu primeiro mandato. Peço a atenção de todos os colegas Vereadores e Vereadoras para ajudar nessa campanha do Disque-Pichação para que nós tenhamos uma Cidade limpa. Tolerância zero com o pichador e com a bandidagem! Acredito que precisamos começar por aí. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o nosso Partido Solidariedade protocolou, na quinta-feira, a Proposta de Emenda Constitucional nº 287, em que já tínhamos a adesão de mais de 308 deputados, que trata exclusivamente da questão da Previdência Social e propõe a aposentadoria voluntariamente desde que cumprido os 25 anos de contribuição e os 10 anos efetivos de exercício no serviço, seja ele público ou privado, 58 anos para as mulheres e 60 anos para os homens, cem por cento vinculado ao valor do salário mínimo para as viúvas e viúvos. Não podemos, em hipótese nenhuma, punir as pessoas que ajudaram este Brasil a crescer, não podemos, em hipótese nenhuma, punir as pessoas que ajudaram a desenvolver este País. A proposta que o Governo apresenta no Congresso Nacional é uma proposta que jamais vai permitir que um trabalhador se aposente. Várias vezes já subi nesta tribuna e disse que não vejo possibilidade de aposentadoria para pessoas que começaram a trabalhar com a minha idade. Quando comecei a trabalhar, via muito as pessoas contribuírem além do teto que recebiam, fazerem um complemento da aposentadoria com a expectativa de se aposentar; e quando faltavam cinco, seis anos para se aposentar, as pessoas faziam uma contribuição extra até a aposentadoria. Comecei a trabalhar muito cedo, e, pelas regras antigas, era para eu me aposentar daqui a uns quatro ou cinco anos. Mas, a cada ano, mudam essas regras, então, estou preparado para trabalhar.

Agora eu me questiono como uma pessoa que trabalha num canteiro de obras, assentando tijolo, virando massa o dia inteiro, vai conseguir trabalhar até os 65 anos. Como uma pessoa que trabalha – e isso tem muito no Interior do Estado – assentando pedra, vai conseguir trabalhar até os 65 anos? Como uma pessoa que trabalha no campo, no sol e na chuva, vai conseguir trabalhar até os 65 anos? Como uma pessoa que trabalha em pé, no comércio, vai poder trabalhar até os 65 anos, se, jovem ainda, já surgem os problemas de varizes, já surgem os problemas de trombose? Como um motorista de ônibus ou de táxi vai poder trabalhar até os 65 anos, se os reflexos já diminuíram?

Nós estamos lutando, no Congresso Nacional, para fazer justiça com os aposentados, com os trabalhadores brasileiros. A Previdência Social brasileira é a empresa que mais arrecada no mundo, tudo que se faz neste País tem previdência social, e não vão ser os trabalhadores brasileiros que vão pagar esta conta, não seremos nós que vamos pagar esse furo que existe na previdência. Outras saídas nós estamos apontando e vamos apontar no decorrer do debate da Previdência Social brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Marcelo começou o debate, o Vereador do PSOL também tratou nas Comunicações, acho que vale continuar com o debate sobre o tema da tarifa, porque, primeiro, eu queria acrescentar alguns argumentos à fragilidade da transparência com que está colocado. Um deles é que esses dados são fornecidos ainda pela ATP, então, essa é uma questão muito importante para nós, Vereadores e Vereadoras, em especial, o Vereador representando aqui o Governo Marchezan. Há uma discussão antiga nossa sobre qual a veracidade das informações que veem do sindicato das empresas privadas, das empresas concessionárias. Qual a precisão, qual é, na verdade, a condição que nós temos de acreditar, uma vez que a roleta é gerenciada pelas empresas que receberam a concessão do serviço? O próprio Tribunal de Contas, no seu primeiro relatório de inspeção, aponta que esse é um tema que questiona qualquer validação da tarifa, e os dados são controlados pela ATP até agora. Nós votamos, no final do ano passado, uma prorrogação da isenção, ou da redução do ISSQN, com o compromisso de que a bilhetagem eletrônica viria para a Prefeitura de Porto Alegre, para o domínio público. O Ver. Pujol colocou uma emenda: em dois anos. Então, nós não sabemos, e eu gostaria, em nome da oposição, que a representação do Governo Marchezan nos dissesse. Porque esses dados que estão aqui publicados no material *on-line* são dados referentes a 2016, então são do período do domínio da ATP, dos dados do sistema. Esses dados precisam ser aditados, esses números de isenção precisam ser confirmados, os números de

passageiros pagantes precisam ser verificados. São esses mesmos? Que tamanho têm de fato os números do sistema da cidade de Porto Alegre? Depois nós tínhamos muitas divergências sobre valores. Em cada um desses itens havia questionamento do próprio Tribunal de Contas sobre os valores praticados para os insumos. Aqui para a população de Porto Alegre são apresentados como valores absolutos e validados. Estão eles, já neste pouco tempo do novo Governo, verificados pelos novos técnicos, pela EPTC? Parece-me, Ver.^a Fernanda, que é a líder da oposição, que poderíamos, neste meio tempo, já convidar a EPTC para um comparecimento, para trabalhar esses números, para abrirmos os números que estão colocados pela Prefeitura como validados por ele: o quanto de insumos, o quanto houve de depreciações de capital, etc.

A reflexão que eu quero fazer sobre o tema do transporte é menos olhando para trás e mais olhando para frente. Eu não consigo compreender, e uso este meu último minuto para isso, por que, no dia 30 de dezembro, o Prefeito Fortunati vetou uma emenda que a bancada do PT fez, que a oposição defendeu e que nós sempre discutimos, que era não só acontecer a transferência da bilhetagem eletrônica para a mão da Prefeitura, mas a conta pública, todo o recurso do sistema tinha que vir para a mão pública, numa conta pública, sob controle público. Porque aqui aparece um item, por exemplo, da antecipação: compra antecipada do Tri. E os rendimentos disso, quem é que sabe dos rendimentos? Os cartões Tri que foram perdidos? Esses valores todos que os empresários do vale-transporte depositam dez dias antes para chegar na mão do trabalhador são recursos que giram na mão de quem? Do sindicato das transportadoras, das empresas de ônibus, das concessionárias. Ora, nós sabemos o que significa bilhões ou milhões aplicados por 10 dias numa aplicação financeira. Então, essa conta precisa ser aberta, se nós queremos. Eu sei que a intenção do Prefeito Marchezan de trabalhar com transparência é verdadeira, de construir saídas dialogadas e compreendidas pela população como um todo. Nós, então, queremos que itens como esse – trouxe mais alguns, há vários – sejam abertos, de fato, e aprofundados. E que esta Câmara derrube o veto à nossa emenda sobre a conta pública, porque o dinheiro do sistema, que é muito grande, tem que vir para o Poder Público para ser reinvestido no próprio sistema e no barateamento da tarifa.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Hoje nós estamos insistindo num tema, porque esta Câmara Municipal não pode se alienar do problema. O que eu falei, antes, foi que os Vereadores votaram e aprovaram uma renúncia fiscal. Uma renúncia fiscal que, pelos próprios cálculos dos órgãos do Governo, significa R\$ 18 milhões, Bosco. São R\$ 18 milhões de renúncia fiscal! Quer dizer, o Governo Marchezan anuncia que há uma crise, anuncia que há déficit, anuncia que há necessidade de ajuste, mas foi o próprio Prefeito Marchezan que encaminhou. O Fortunati, como ex-Prefeito, no processo de transição, aceitou o encaminhamento do Prefeito Marchezan para que se garantisse a renúncia fiscal. Pois a contrapartida da renúncia fiscal, de cerca de R\$ 18 milhões, era a manutenção do preço da passagem de ônibus. E agora nós estamos em fevereiro e o Governo Municipal está discutindo com a ATP se será R\$ 4,30, R\$ 4,95, R\$ 4,00 o valor da passagem de ônibus. Mas a renúncia fiscal de R\$ 18 milhões, onde fica? Esse recurso público que os empresários privados não vão pagar para os cofres públicos fica no bolso dos empresários? Quando a justificativa do Governo era justamente permitir a renúncia fiscal para garantir que a passagem não fosse reajustada. Isso não é possível. Então, isso é a base mínima para que tenhamos transparência nesse debate, senão não tem transparência nenhuma. Não adianta fazer um *site* pedindo que a população dê a sua opinião, quando há R\$ 18 milhões de renúncia fiscal e não se sabe onde vai parar esse dinheiro... Aliás, sabe-se, porque, na lógica em vigor, caso ela não seja impedida, nós vamos ter uma renúncia de R\$ 18 milhões, portanto os cofres públicos deixarão de receber um montante razoável de recursos para que os empresários privados fiquem com esse recurso. Ademais, nós sabemos que os serviços prestados pelos empresários privados de ônibus está deixando muito a desejar, os horários não são cumpridos, as definições das licitações vão muito devagar para que seja realmente estabelecido o cumprimento do que a licitação exige. Então, não é possível que a Câmara Municipal fique olhando simplesmente. Daqui a pouco tem uma crise na Cidade, um conflito entre rodoviários e Prefeitura com a ocorrência de mobilizações, tem um debate sobre os preços das passagens, e os Vereadores vão discutir nome de rua! Nome de rua é muito

importante, mas digamos que os preços das passagens são mais importantes para a população. Então, nós temos que atuar, nós temos que debater o assunto e atuar sobre ele. O Prefeito Marchezan está dizendo que quer transparência, pois muito bem, então tenhamos transparência, nós estamos pedindo o mínimo, a demanda mínima, R\$ 18 milhões de renúncia fiscal significam uma redução no preço da tarifa em relação ao que existe, porque houve uma renúncia fiscal. Ou, no mínimo, que não haja o reajuste. E nós estamos discutindo de quanto será o reajuste, quando foi votado aqui, por ampla maioria, que não haveria reajuste da tarifa. E foi o próprio Prefeito Marchezan, na sua justificativa, que disse isso, e os Vereadores e as Vereadoras não podem votar em falso. Quando há uma justificativa de garantir uma renúncia fiscal, e há, a partir dessa renúncia fiscal, uma contrapartida, os empresários precisam fazer a sua parte, e a Prefeitura tem a obrigação de fazer com que a parte dos empresários seja cumprida. Portanto os líderes do Governo – que eu não sei ainda quem são... Ainda não tem? Pois é bom que tenha, porque não é possível que a Câmara siga sem debater esse problema grave! E o Governo precisa mostrar o que está acontecendo, porque, afinal de contas, queremos transparência, nada mais que isso.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara. O Tempo de Presidente é utilizado quando se trata de questões relacionadas ao rito da Casa e às proposições que são feitas em nome da Casa. Então, venho a esta tribuna para socializar com as Sras. Vereadoras e com os Srs. Vereadores, aqueles que são novos na Casa, pois aqueles que estiveram na Legislatura passada sabem que, no ano passado, nós criamos um comitê permanente de segurança metropolitana. Trabalhamos ao longo do ano passado, trouxemos o Sr. Santiago Uribe, de Medellín, que nos apresentou a experiência de Medellín; o Sr. Beltrame, ex-Secretário de Segurança, com a experiência do Rio de

Janeiro. Fizemos diversas reuniões, inclusive uma audiência pública no segundo semestre, que foi uma iniciativa solicitada por várias entidades e bancadas de Vereadores. Na última quinta-feira, o gabinete do Ver. Robaina fez um evento, aqui, que tratou da questão prisional; a Assembleia Legislativa tem também uma Comissão Especial que está tratando do tema. E, ao longo do ano passado, nós sempre deixamos muito bem claro que esse problema não é um problema de um governo, de uma gestão, e tem que ser tratado com muita responsabilidade. Realmente, o que aconteceu no Espírito Santo, no Acre, no Amazonas e o que está muito próximo de acontecer no resto do País tem que ser tratado com muita seriedade e com muito desprendimento; não pode servir, Ver. Camozzato, para palanques políticos. Nós já temos a Ver.^a Comandante Nádia, que propôs uma Frente Parlamentar, e eu marquei uma audiência com o Secretário de Segurança, na próxima quinta-feira, para tentar combinar uma data para fazermos uma audiência pública para tratarmos da questão da segurança em Porto Alegre.

Ao longo de todo o ano passado, infelizmente, não conseguimos ter a presença do Secretário de Segurança, à época, aqui na Câmara. Para não dizer que não tivemos sua presença, ele compareceu no dia em que o Secretário Beltrame esteve em Porto Alegre. Ele esteve no início da abertura, mas não pôde permanecer.

Então, nós, aqui, não queremos fazer palanque, Ver. Carús, sabemos que as dificuldades de administrar o Estado são muito grandes, mas logicamente não queremos ver o Rio Grande do Sul e Porto Alegre chegarem na situação que chegou o Espírito Santo e outros Estados, principalmente em relação ao sistema prisional.

Está anunciado que Porto Alegre será uma das primeiras cidades do País em que será aplicado o novo Plano Nacional de Segurança. A imprensa tem divulgado o que isso representa, as entidades têm se manifestado a favor, ou contrariamente, dizendo que não é suficiente. Nós queremos poder fazer parte deste debate e, mais do que isso, contribuir nesse debate.

Nós trabalhamos a questão da segurança, aqui, dentro de um grande guarda-chuva, que é a questão da resiliência. A resiliência é a capacidade as cidades têm de se adequar, de reagir às catástrofes. Pois eu entendo que nós estamos vivendo uma grande catástrofe, não natural, no nosso País, no nosso Estado e em Porto Alegre, mas é uma situação grave, é uma crise que está posta há muito tempo e, no Espírito Santo, fez quase 200 mortos em pouco mais de dez, doze dias de greve da Polícia Militar. E entendo que a

Câmara Municipal de Porto Alegre não pode se furtar. Irei propor, na reunião de quinta-feira, da Mesa Diretora, a audiência pública, condicionada logicamente à agenda do Secretário de Segurança do Estado, o Sr. Cezar Schirmer, porque precisamos da sua presença para abordar o trabalho, se não, realmente, fica sem condições de tratarmos do assunto. Era o que eu tinha para esta tarde, é um tema que entendo que vamos trabalhar muito este ano, e a Casa tem todo o interesse de trabalhar, através do comitê, através de iniciativas da Mesa Diretora e, logicamente, também das demais iniciativas das Comissões e iniciativas individuais de cada um dos gabinetes dos Srs. Vereadores. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, quero saudar os colegas. Vou falar menos do que o tempo que me foi dado. Na mesma linha do Ver. Cassio, Presidente da Casa, que fala sobre resiliência, eu também gostaria de hoje utilizar aqui uma palavra que, também, nas cidades, é uma palavra que precisa ser resgatada, que é o pertencimento das pessoas. Quero saudar aqueles moradores que, neste momento da Administração, foram – a gente assistiu nos noticiários – até às suas praças ajudar na manutenção, na limpeza, no corte de grama. A gente está passando por um momento que o Governo está com dificuldade, então quero saudar essas pessoas que demonstram um alto índice de pertencimento. A Cidade nos pertence.

Quero responder aqui aos que me antecederam sobre enviar a isenção do ISSQN para cá no mês de dezembro, a pedido do Prefeito Marchezan; é uma questão muito simples. Eu tive conhecimento – acabo de confirmar – de que, na realidade, é um cálculo matemático simples; se não fosse feito isso, haveria, segundo os cálculos da EPTC, um aumento automático de R\$ 0,10 na passagem, se não fosse prorrogada essa isenção. Alguns dados que a oposição falou aqui - inclusive gostaria de agradecer pelos dados – se remetem a um reduzir de tempo de frota, de cálculo de uso e de desgaste. Neste momento eu assumi um compromisso de levar esses dados, inclusive quero pedir ao Ver. Alex para que a gente possa ter essa reivindicação e esse cuidado no cálculo para

levarmos para a Administração, para a Prefeitura, para o Prefeito, porque eu acho que isso é construtivo. Algumas outras coisas que a oposição falou aqui são pertinentes para a gente fazer essa conversa com a Administração Municipal, com o Prefeito.

Temos a responsabilidade, o PSDB, de vir aqui para defender o que a gente acredita ser um governo comprometido não só com a transparência, pois não existe transparência sem que a gente a traga para a discussão com as pessoas. Inclusive o Ver. Robaina deixou claro sobre essa consulta que ainda está aberta, e a gente tem certeza de que a vontade deste Governo é de ver a opinião das pessoas sobre o transporte público, sobre a tabela, e permitir que o cidadão, talvez pela primeira vez, tenha, salvo as proporções, um momento de se colocar no lugar da Administração, do Prefeito ou da Prefeitura. Então essa observação vai ser levada ao Prefeito sobre essa questão que foi levantada aqui. E quero dizer que a gente não vem só ser portador do que gostaríamos, eu gostaria muito de usar a tribuna aqui para agradecer, para elogiar o que a Saúde vem fazendo no início deste Governo, na figura do Secretário Erno, como observamos a entrega de câmeras frias para as vacinas e esse investimento que será feito nas Unidades de Saúde da Família. Existem várias outras coisas, há o exemplo também do Secretário Adriano, na Educação. Então, quando tivermos mais tempo, vamos falar dessas coisas boas que, vagarosamente, vamos vendo acontecer. Às vezes não são tão boas assim, eu estive aqui falando da questão da SEDA, do Ver. Rodrigo Maroni, e a gente infelizmente vê, nas redes sociais, pessoas que passionalizam muito essa discussão. Deixei muito claro aqui que a gente tem que ter responsabilidade na questão de ver as prioridades que existem, pois não se tem recurso, como diz o gaúcho, “o cobertor é curto”, e a gente acredita que isso vai ser momentâneo. A Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas está exaustivamente procurando uma solução para que essa importante questão da defesa da causa animal possa ser atendida. E eu lamento muito algumas manifestações feitas nas redes sociais, às vezes, por algumas pessoas sem o conhecimento total sobre o Orçamento que passou na Casa, que foi votado no ano passado, vai ser executado, e sobre a vontade da atual Administração de manter o serviço. Infelizmente não tem como ampliar.

Agradecemos a oportunidade que temos de fazer este debate e quero deixar claro que, sobre a isenção do ISS, se não fosse da forma como foi encaminhado, a tarifa já aumentaria R\$ 0,10 automaticamente. Só para constar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores e Vereadoras, queria fazer uma saudação a todos que estão aqui, aos que acompanham o nosso debate pela TVCâmara e também ao pessoal que está aqui no plenário, funcionários e colegas. Eu nem ia falar, Ver. Moisés Maluco do Bem, mas eu sou leal e acredito que temos que ser corretos entre nós mesmos, tanto que eu te avisei que eu falaria e te citaria. Até porque eu tinha me programado e no ano passado – isso é da política – eu fui muito atacado aqui por uma colega Vereadora – acabou não se reelegendo, infelizmente – e eu tirei como linha para mim, aqui, não fazer o debate de devolução. O próprio Bernardino, que é um amigo meu, queridíssimo, me questionou muitas vezes, e eu acho que tudo que é tratado na política é legítimo, mas era uma linha que eu seguia. Neste ano, não! Eu, pessoalmente, penso assim, por gostar de ti, a gente fez acho que pelo menos uns três ou quatro debates neste início de ano. O chefe do meu gabinete te conhece há muitos anos, falou que tu és uma pessoa íntegra, e, inclusive eu te disse que participava do teu grupo de apoiadores do Malucos do Bem, e em todos os debates tu foste profundamente respeitoso e educado. Eu só queria te responder, pois vi que, no final de semana, tu patrocinaste um vídeo respondendo sobre a questão da Secretaria dos Animais, e aí eu me senti na obrigação de vir aqui, pois ali tu comentavas algumas coisas. Todo esse debate de que “não pode, não dá, não conseguimos”, independente do governo... Isso eu falei ao próprio Prefeito Marchezan e ao Vice Paim, tanto no Ministério Público, quando fomos tomar posse, quanto aqui na Câmara de Vereadores, que o meu debate seria pela minha causa. A isso eu dou minha vida, Moisés. Quando tu comentaste aqui em relação ao populismo em cima de cachorrinho: eu tive que trocar minha camisa agora para entrar no plenário, porque eu estava todo cagado - está em cima da minha mesa, te mostro a camisa que eu viria para o plenário hoje...

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Ver. Maroni, desculpa interrompê-lo. Eu não quero ser censor de nenhum Vereador, só peço que determinadas palavras e expressões...

O SR. RODRIGO MARONI: Eu retiro o “cagado” então. Desculpem, estava todo defecado, com sangue, e isso resume meus dias e noites. O cheiro, na minha mão, praticamente não consigo tirar de impregnação de doenças, de cinomose e tal. Quando tu te dirigiste aqui, e sei que talvez não foi na má intenção, mas dizendo que eu seria populista, eu diria o seguinte: dificilmente um parlamentar no Brasil bota a mão, literalmente, no defecar ou no sangue, como eu coloco, boto meu dinheiro, boto meu tempo, meus finais de semana, meus dias e minhas noites, que é o que justifica eu estar aqui dentro. Lamentavelmente, eu avisei para o Prefeito Marchezan, eu acho que quando tu vais comprar um restaurante, uma empresa, a não ser que tu sejas muito desnortado... E eu falava com o Cassiá antes: quando tu ias contratar um jogador, tu olhavas se jogava bem, onde jogava... Num restaurante, a mesma coisa: se está dando prejuízo, eu não vou comprar este restaurante. Aí o indivíduo vai concorrer a Prefeito para depois avisar que não dá isso, não dá aquilo, tem que cortar daqui e dali. Então não concorre! Para quê concorrer a Prefeito? Olha, gente, eu, honestamente, não vou concorrer a Prefeito porque nós vamos ter que fazer cortes aqui e ali, porque a Prefeitura está uma esculhambação! Vai assumir para quê? Aí eu acho que o populismo vem ao contrário, porque eu duvido que alguém que votou no Prefeito ouviu uma frase dessas antes do dia 2 de outubro. Eu entendo, e aí quero falar fraternalmente, a tua posição. Eu fui suplente com muito orgulho; fui aqui debochado, por que era suplente. Só que eu digo para ti uma coisa, em nenhum momento – eu era suplente do PCdoB – eu fui camarilha do PCdoB ou do João Derli, que assumiu como Deputado Federal, para me manter aqui. Eu sei que tua posição é muito desconfortável, até por que, para um Secretário durar seis meses no Governo Marchezan, vai ser muito difícil. Eu vou torcer que dure muito; eu torço pelas próprias relações pessoais. E tu disseste aqui que ele atende e é acessível. Gostaria que tu marcasses, para mim, então, para eu ir lá e fazer o debate sobre o hospital público. Agora, dizer que é populismo defender a Secretaria dos Animais, defender os cachorrinhos aqui - tu tens prioridade maior - e defender que tenha um hospital público, que foi doado, sendo que isso era o que estava sendo tratado lá atrás...

O que foi falado na campanha, inclusive pelo Marchezan, foi isso? Não tem, Moisés, eu entendo a tua preocupação, de repente, de perder o teu mandato, mas isso não justifica a tua incoerência e vir aqui me chamar de populista. Eu que ando no meio do sangue – não posso usar defecar, tenho de usar outro termo – todos os dias, e fico na expectativa, inclusive para não ter de gastar do meu bolso, para ter um hospital público. Vou te dizer, se tu achas populismo isso, eu te convido a andar com pelo menos duzentos, trezentos protetores que dependem desse Hospital, que gastam do bolso, que vivem de doação. Populismo, para mim... sabe o que é populismo? É não contar para o povo, antes das eleições, o que tu vai fazer depois... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Esse populismo ... Eu vou dizer uma coisa para ti, Moisés, entendeu... Pô, cara, tu vir me chamar de populista... Eu não tive ONG por trás, eu não tive uma ONG minha, eu não tive nada. Eu só falei o que eu faria e o que eu estava fazendo. Tu estás entendendo? E esse é o meu papel, cobrar isso, lutar por políticas públicas justamente para eu não ter de transcender o meu papel, salvando animais. Porque esse não é o meu papel, Vereador não deveria fazer isso, deveria cobrar só do Executivo. No entanto, eu vou lá, boto o meu salário, o meu dia e a minha noite, para ter de ouvir isso. Agora, se tu vieres aqui dizer que o Prefeito Marchezan, de fato, concorreu falando uma coisa que não sabia, com honestidade, ou a intenção dele era outra, aí eu vou aceitar, porque ele falou que não sabia. Ou falou para agradar o povo e agora teve que mudar?

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h49min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 200/14, por três Sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 210/16.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 210/16, à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o Requerimento do Ver. Mauro Zacher, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 201/15 por cinco Sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em votação o Requerimento do Ver. Mauro Zacher, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 052/14, por três Sessões (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 163/16. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 163/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, explico aos nobres Pares, às Vereadoras e aos Vereadores, a origem deste projeto assinado por vários Vereadores e Vereadoras. Nós temos que aqui declinar a autoria porque é um processo coletivo, ele nasceu de um conflito forte de greve dos municipais, no ano passado, construindo um grande acordo sobre o tema da questão salarial, da questão do plano de carreira, das promoções, pois não conseguiam construir um acordo sobre o tema da compensação dos dias parados em função de deliberação do sindicato. Para começar, é bom a gente deixar bem claro, não é qualquer dia parado, o projeto estabelece regra para compensação dos dias não trabalhados por servidoras e servidores municipais em decorrência da tomada de decisão em assembleia da categoria. Portanto, não é qualquer dia, faltou, criou um problema, não, são decisões de assembleia. A elaboração foi coletiva, assinam o Ver. Dr. Thiago, todos os Vereadores do PSOL, do PR, Ver. Maroni, Ver. Janta, Ver. Aírto Ferronato. Enfim, é um projeto coletivo que prevê que esses dias serão compensados a partir de um calendário construído no diálogo entre o Município gestor e o sindicato dos municipais, portanto, o responsável pela deliberação. Nós estamos com a presença de algumas lideranças do Simpa, Sindicato dos Municipais, que me trouxeram hoje, nem conhecia, um decreto, é importante vocês verem, decorrente da decisão de que esses dias serão recuperados, porque a grande tese é a seguinte: nós precisamos desse serviço realizado, não é qualquer compensação. A partir dessa negociação, saiu um decreto, no ano

passado, detalhando, para cada uma das áreas, como seria essa compensação, porque, para os professores, é de uma maneira: são dias letivos, quantos sábados, se vai ser no fim do ano; para os postos de saúde, tem um interesse específico do Governo para que eles atendam em determinados sábados com vacinação, para que eles façam um mutirão em determinada situação de vigilância sanitária, por exemplo. Então é, a partir desse diálogo, o detalhamento da recuperação dos dias. Óbvio, construída essa recuperação, não poderá haver desconto, não poderá haver punição. Para nós, é uma forma de estabelecer esse instituto de maneira a recuperar esse trabalho.

Nós falamos aqui muitas vezes, Dr. Thiago, da necessidade do trabalhador técnico para diferentes questões. Por exemplo, para desenvolver projetos de licitação, para desenvolver projetos para captar recursos – o Ver. Janta falava hoje no nosso debate na TV. Então, o Governo vai definir: houve tantos dias de paralisação... Isso é para depois, depois do acordo de greve, obviamente. Eu vou pedir, então, para recuperação dos técnicos da SMAM, que eles elaborem projetos de determinada área, como para o arroio Dilúvio, por exemplo. Estou aqui levantando hipóteses. Como será essa recuperação nós não estamos dizendo, nós estamos dizendo que ela será objeto de negociação entre o Sindicato dos Municipários e o Governo. Mas nós estamos dizendo que serão compensados esses dias a partir desse diálogo. Uma vez compensados, não haverá desconto nem punição. Esse projeto é resultado do debate no âmbito da greve do ano passado, de contribuições de municipais e de Vereadores e Vereadoras de vários partidos. Nós gostaríamos do apoio desta Casa, para que prospere e vire legislação. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 163/16.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; quero ser sucinto, porque outros Vereadores vão debater este tema. Por mais que a Ver.^a Sofia Cavedon queira justificar usando palavras para dizer que vários Vereadores assinaram, é claro que assinaram, mas foi para transcorrer o debate nesta Casa. Apesar disso, tenho certeza de que não vão votar a favor, porque a competência não é dos Vereadores, é do

Executivo, do Sr. Prefeito, e há outros detalhes mais importantes. Eu acho que nós temos, aqui na Cidade, que nos orgulhar da competência, da faixa em que estão as nossas professoras e os nossos professores em relação aos do Estado. A gente não vê quase greve dos professores do Município, porque eles estão num patamar de competência até bem acima devido a vários graus de discussão; são professores que estão num nível salarial também bem acima dos do Estado, e, automaticamente, eu entendo que o Sindicato não vai interferir naquilo que os administradores vão fazer em termos da discussão. Imaginem se cada Vereador trouxesse um tema da educação municipal para fazermos um projeto de lei. É lógico que não daria certo; é lógico que não teríamos competência para tal. Portanto, por mais que a Ver.^a Sofia Cavedon tenha boas intenções – eu sei que ela defende muito essa área, que, sem dúvida, é uma área muito importante para o nosso País, e o Município está bem servido –, não é competência dos Vereadores, há óbice nesse aspecto. Inclusive, muitas comissões nem deram parecer. Parecer da Procuradoria da Casa (Lê.): “(...) Contudo, o conteúdo normativo do projeto de lei, por dispor de regime jurídico de servidores, com a devida vênia, incide em violação ao disposto no artigo 94, incisos IV, V e VII da Lei Orgânica, que atribui competência privativa ao Chefe do Poder Executivo para promover a iniciativa de projetos de lei a respeito da matéria e para realizar a gestão do Município.” Essa, portanto, é minha opinião, vou votar contra, porque não vejo legitimidade e competência para que nós possamos fazer esse tipo de projeto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 163/16.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; eu já falei algumas vezes, aqui nesta tribuna, esta frase: eu vou morrer e não vou ver tudo. A Ver.^a Sofia se pega num parecer conjunto meritório da CCJ. Mas eu quero dizer que...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: A Vereadora diz: “Vem um sindicalista histórico.” Eu, na minha trajetória de sindicalista, fiz muitas greves em Porto Alegre, pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil afora. Fiz greve na Companhia Siderúrgica Nacional, na Volkswagen, na Ford, na Petrobras, em vários lugares. Em todas as greves que eu fiz, Ver. João Bosco Vaz, além da reivindicação principal que nos tínhamos, essas greves partem dos dias trabalhados. E aí os municipais, a pedido da Vereadora, ou da cabeça da Vereadora, que é uma municipalista, querem já iniciar a greve com os dias acertados, não querem sentar à mesa e discutir os dias parados. Negociar os dias parados faz parte da negociação. É parte da negociação dizer como vão ser os dias parados, e a Vereadora quer botar em lei, quer dizer como vão ser recuperados esses dias parados, como o pessoal da saúde, por exemplo, vai recuperar os dias parados, porque tem coisas na saúde que não se recuperam. É diferente uma greve na saúde de uma greve na coleta de lixo, é diferente uma greve na saúde de uma greve na educação, uma greve na educação é diferente de uma greve na SMAM, e por aí vai. É diferente. Esta Casa participou da greve dos rodoviários de Porto Alegre há dois, três anos. Chegou um ponto em que o principal impasse era a negociação dos dias parados. Eu estava em casa adoentado, apesar de um jornalista dizer que eu estava no Caribe, e, de casa, eu participei das negociações desses dias parados. Na greve que nós fizemos no ano passado, na GM, nós iniciamos as negociações perguntando: foram 12 dias parados, como vão ficar os dias parados? Como vão pagar os dias parados? Como vocês vão recuperar a produção dos dias parados? Assim se inicia uma negociação. Nós fizemos uma greve nas Lojas Americanas de mais de 15 dias, e se recuperaram os dias parados: foram feitas promoções, se abriu um pouco mais cedo, se fechou um pouco mais tarde, um turno aberto funcionando mais ao meio-dia. Fizemos uma greve no antigo Real, também se recuperaram os dias parados; no depósito do Zaffari, se recuperaram os dias parados. Assim vai indo, em todas elas se participa, e se recuperam os dias parados. E aqui querem colocar em lei a recuperação dos dias parados. Aí já se inicia a greve sabendo que o Governo é obrigado a sentar e combinar a recuperação dos dias parados, não existe negociação. É como colocar em lei que o Governo é obrigado a pagar a inflação. Este ano, por exemplo, uma média de 80% das entidades sindicais estão fechando acordo somente com a inflação, e ainda parcelado. E o restante está fechando acordo com a inflação e um arredondamento de ganho real. Aí nós botarmos em lei que, a partir de agora, está garantida a inflação,

isso não é negociação! Negociação são as partes sentarem à mesa e garantirem as cláusulas sociais, econômicas e o ganho real. Se houver greve, garantir a estabilidade das pessoas que participaram da greve, garantir o pagamento dos dias parados, garantir os postos de trabalho, isso é do movimento grevista, isso é do movimento reivindicatório. É assim que os trabalhadores agem quando estão num canteiro de obra, numa porta de fábrica, numa loja, quando estão buscando os seus direitos, ampliando as suas conquistas, trabalhando para melhorar as suas vidas e de suas famílias; não é botando em lei um direito sagrado e garantido que é a greve. Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 163/16.

SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara; eu subo à tribuna para tentar contribuir com o debate acerca deste projeto de lei proposto pela Vereadora e colega Sofia Cavedon. Colega nos dois sentidos, pois é professora da rede municipal de ensino desta Cidade, assim como eu, e Vereadora da Câmara Municipal de Porto Alegre. Eu, Ver. Cláudio Janta, não sou sindicalista, também não tenho a pretensão de ser e tenho poucos conhecimentos acerca da área que o senhor trabalha e milita há muito tempo. Mas já dou aula, usando uma expressão que o Ver. Aírto Ferronato gosta muito, há mais de 16 anos. Dentro da minha experiência como professor, alguma coisa de legislação eu aprendi nesses anos. Uma delas é que, após sucessivas reformas do ensino no nosso País, nós, professores, que somos uma categoria bastante numerosa do grupo dos municipais desta Cidade, somos obrigados, por lei, a trabalhar 200 dias letivos ao ano. Não importa o tempo de greve, não importa se fez sol, se fez chuva, se houve calamidade pública, nós, professores, somos obrigados, por lei, a cumprir 200 dias letivos. Não importa se a greve foi de uma semana, se foi apenas uma paralisação, se a categoria entrou em estado de greve, se nós ficamos três meses paralisados, não importa: os professores terão que oferecer aos seus alunos 200 dias letivos. Não apenas isso. Nós, professores, precisamos, obrigatoriamente, cumprir uma carga horária de 800 horas-aula anuais. Enquanto não se cumpre essa determinação legal, nós, professores, não

encerramos o ano letivo, e o ano subsequente não pode se iniciar. Portanto, se os professores municipais recuperarem ou acordarem com o Prefeito, com o Executivo, com a Secretaria de Educação desta Cidade que a compensação dos dias parados ocorrerá em janeiro, fevereiro, ou março, isso acontece. Aí o ano letivo seguinte só começaria em abril, é isso que rege a lei. A compensação é obrigatória, sendo assim, não podemos fazer uma análise tão simplista do que está sendo colocado aqui. No ano passado, houve uma interferência, eu diria, uma indisposição grande em negociar a reposição dos dias parados, o que feriu a autonomia das escolas. As escolas não podiam propor em quais momentos, até quando, em quais semanas ou em quais sábados fariam a compensação, as atividades para devolver os 200 dias letivos que a lei determina. Não puderam por quê? Porque houve uma ingerência, uma determinação por parte do Executivo que tornava inflexível essa negociação, algo extremamente autoritário.

A Ver.^a Sofia Cavedon vem diretamente colaborar nesse sentido, trazendo o diálogo como pré-requisito básico da devolução desses dias paralisados. Isso é extremamente meritório. Nós precisamos nos apoiar cada vez mais no diálogo, na democracia, nas conversas, e não em hostilidades, no recrudescimento das relações interpessoais. E mais: o projeto trazido até esta Casa não especifica, em nenhum momento, como será feita essa recuperação, de forma alguma. Coloca bem claro: é uma combinação entre os servidores e o Executivo, portanto não há uma interferência desta Casa nos processos que, porventura, vierem a acontecer.

Finalizando, parabênzo a Ver.^a Sofia Cavedon, que vem, através desse projeto, valorizar o diálogo e o debate, para chegarmos a bom termo dos impasses ocorridos entre Sindicato, movimento grevista e Executivo. Vamos apostar cada vez mais no diálogo, isso engrandece a nossa sociedade. Com relação aos meus colegas professores, que estão prestes a retornar às suas aulas, um grande abraço, vocês têm um papel ímpar para a construção da sociedade que nós queremos. Um grande abraço a todos e bons debates.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 163/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, na verdade, eu fiquei bastante curiosa com a sua intervenção, porque o senhor é um dos signatários do projeto, é um dos que assinam o projeto que determina que haja negociação para a compensação. A minha pergunta é se o senhor mudou de opinião, porque agora está na base do Governo, ou se foi um deslize, uma assinatura em um projeto que é democrático e que não partiu apenas da reivindicação do Simpa, porque eu também tenho a compreensão de que essa frase de que os municipais querem entrar em greve com tudo resolvido com relação à negociação não é verdadeira. Primeiro, porque os municipais não querem entrar em greve. Os municipais querem aumento salarial, querem seus direitos garantidos, querem melhorar os serviços públicos. Os municipais, lamentavelmente, têm sido, via de regra, obrigados a entrar em greve, porque o Governo não negocia sequer a reposição da inflação, e é óbvio que uma categoria luta por melhorar as suas condições de trabalho. É verdade que nós temos um plano de carreira no Município, mas ele é fruto de muita mobilização da categoria dos professores. Nós tivemos a tentativa, por exemplo, Ver. Cassiá, de entrar com contratos emergenciais na rede municipal no ano de 2009, para levar o Município de Porto Alegre ao mesmo patamar da educação do Governo Estadual, que, além dos baixos salários, sofre com a precarização dos serviços. Graças à força dos municipais, esse projeto foi derrotado. Felizmente, os quadros que atuam nas nossas escolas municipais são quadros de concursados, embora ainda haja muita falta de professores na rede municipal e, também, falte o concurso público para a categoria dos trabalhadores municipais em educação, que o Ver. Prof. Alex sempre reivindica.

Então, os Governos obrigam a categoria a entrar em greve, pois sequer as leis estapafúrdias apresentadas pelo Governo passado foram cumpridas, como, por exemplo, a retirada da bimestralidade, que veio junto com uma legislação que obriga à reposição da inflação todos os anos, e todos os anos é um parto para ter a reposição da inflação! É parcelada, com muita negociação, com greve. A gente sabe que, quando não há reposição da inflação na data-base, o Governo economiza com o suor dos trabalhadores. No ano passado, foram R\$ 110 milhões com o parcelamento do reajuste dos trabalhadores. Quase uma folha inteira foi apropriada dos direitos dos trabalhadores municipais na cidade de Porto Alegre, sem contar o impacto da inflação no bolso daqueles que dedicam a vida ao serviço público e ao atendimento da população. Com

esta crise, não é nenhuma novidade que a ausência da reposição da inflação faz com que haja a diminuição do poder de compra da categoria.

Ponto um: os municipais não querem entrar em greve. Ponto dois: os Governos obrigam a categoria a entrar em greve. E o Marchezan, se seguir ameaçando os trabalhadores... Pior que isso, se cumprir suas ameaças, vai viver a maior greve da história do Município de Porto Alegre, disso eu tenho convicção, porque os municipais não aceitarão o parcelamento dos salários! É verdade que o Governo Fortunati começou o ano passado fazendo terrorismo, mas perdeu; perdeu na greve, perdeu na mobilização da categoria e também não parcelou salários. A greve trouxe conquistas. Nós queremos que o salário seja pago na integralidade. Inclusive, aprovamos um projeto de minha autoria, com seu voto a favor, proibindo o parcelamento dos salários dos municipais. O que o Marchezan fez? Vetou o projeto. E nós queremos aquela coerência da votação do projeto, no final do ano passado, para derrubar o Veto, porque salário é sagrado, não existe trabalho parcelado. Os trabalhadores estão, neste momento, nos postos de saúde. Aliás, a política de arrocho do Marchezan já começou, por exemplo, sobre a Guarda Municipal, que já teve retiradas as suas horas extras; sobre os trabalhadores da saúde, que também tiveram as suas horas extras retiradas. Vocês sabem muito bem que, à medida que os salários são baixos, a hora extra é, sim, parte do salário dos trabalhadores e, mais do que isso, a continuidade dos serviços públicos.

Na minha concepção, Ver.^a Sofia, eu estava crente de que este projeto seria aprovado por unanimidade, porque é evidente que a compensação que é feita com as chefias, que é feita nos locais de trabalho, em que as pessoas compensam as horas paradas, é a garantia de que receberão salários. E digo mais: em greves... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) A greve é um mecanismo justo e necessário da categoria. Infelizmente, o corte do ponto tem sido um elemento de chantagem dos Governos, em vez de eles negociarem a pauta. Por isso houve uma reivindicação ao conjunto dos Vereadores, e esse projeto é tão amplo nas suas assinaturas, sejam dos diretores das escolas – que vieram aqui, porque não havia negociação e garantia de respeito à comunidade escolar na forma de fazer essa compensação –, sejam dos trabalhadores de outros serviços. Nós esperamos que esse projeto seja aprovado por unanimidade. Obviamente, Ver.^a Sofia, aquilo que eu assino para tramitar tem meu voto favorável.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLL nº 163/16.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, volto apenas para deixar clara a justificativa de voto do PSDB. A Sofia sabe, eu sou filho de professores, minha tia era diretora da Escola Monteiro Lobato, lá na Zona Leste, e conheço bem a questão da reivindicação da educação. Por ser filho de professores, muito testemunhei a batalha dos meus pais, ao término do horário normal, com seus cadernos de chamada, preparando as aulas, e sei que essa profissão deveria ser muito mais bem remunerada. Mas, por um motivo simples, seguindo na linha dos que me antecederam, inclusive seguindo o parecer do Procurador da Casa, deixo muito claro que nós vamos votar contra por motivos previstos no art. 94 da Lei Orgânica. Vou lê-lo aqui, sempre é bom, há novos Vereadores entrando, como o Felipe Camozzato, o Matheus, etc. (Lê.): “Art. 94. Compete privativamente ao Prefeito: (...) IV – dispor sobre a estrutura, organização e funcionamento da administração municipal; V – prover cargos, funções e empregos municipais, e praticar os atos administrativos referentes aos servidores municipais, salvo os de competência da Câmara Municipal; VII – promover a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre...” Então, eu até perguntei para o Ver. Dr. Thiago, que acho que subscreve a iniciativa, o porquê. Aí faço essa consulta para as pessoas que estão aqui nos ouvindo e nos assistindo pela TVCâmara: por que isso não estava previsto em lei nos governos que antecederam o atual e que poderiam, de repente, ter transformado em lei da maneira correta, vindo do Poder Executivo? O Partido dos Trabalhadores administrou Porto Alegre por mais de uma década. Por que é que o PT não criou, seguindo a Lei Orgânica, essa lei e enviou aqui para a Câmara?

Se me permitirem seguir na linha dessa grenalização, que eu não gostaria que se perpetuasse, eu queria falar sobre greve. Testemunhamos as tristes cenas da insegurança pública do Espírito Santo por causa da greve. Neste momento, cabe aqui um elogio à Brigada Militar do nosso Estado, que também, há muitas décadas, enfrenta as ruas com uma série de dificuldades, mas se mantém zelosa na segurança das nossas famílias.

Eu gostaria apenas de deixar clara a posição da Bancada do PSDB e o motivo: simplesmente porque é iniciativa privativa do Prefeito. Eu gostaria de solicitar que, se o grupo de oposição pudesse, da maneira correta, seria muito profícuo que, para mostrar que existe uma vontade de fazer algo diferente – por que não? –, a oposição e o bloco fossem lá pedir uma audiência, falar com o Prefeito, para que o Prefeito remetesse a esta Casa uma lei, porque, legalmente, esse era o caminho que deveria ter sido seguido.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu queria dialogar com V. Exa., acho que vou avaliar a sua proposição de dialogar com o Governo. Na verdade, acabou se tornando necessário tomar uma medida legislativa, porque nós tivemos vários momentos agudos e que não foram nos Governos do PT. Nos Governos do PT, pela visão que tínhamos, sempre trabalhamos a recuperação com tranquilidade. Nós tivemos momentos agudos que acabaram estendendo a greve por uma semana ou mais, só para discutir se seria possível compensar dias. E nós tendo que compensar os dias, os professores tendo que dar aulas, porque é uma legislação federal, não é o Prefeito quem vai dizer se dá ou não dá para dar 200 dias letivos, tem que dar os dias letivos; tendo necessidade nos postos, etc. Então, me parece que esse tema tem que sair da tensão da greve, porque interessa à população ter o serviço. Eu não digo, no projeto de lei, como será compensado, isso sim é competência privativa do Prefeito.

O Sr. Felipe Camozzato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só queria reforçar os argumentos apresentados pelo Ver. Moisés. Eu me sensibilizo com a pauta, mas reforço a posição apontada pelo Vereador no sentido de que existe um vício de iniciativa nessa questão. A Lei Orgânica do Município, art. 94, inc. VII, al. *b* versa sobre o tema. Portanto, não cabe ao Legislativo versar sobre esse tema. Obrigado.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 163/16.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Vereadores e Vereadoras; Ver.^a Sofia, quero dar uma força aos municipais que, realmente, querem a coisa correta, negociada, tudo de acordo com a lei, mas o seu projeto está em desacordo com a lei. Tenho certeza de que os municipais não querem nada em desacordo com a lei. V. Exa sabe, pois é uma Vereadora experiente, que tem certos assuntos que são de competência exclusiva do Poder Executivo. Portanto o seu projeto está claramente com vício de iniciativa, conforme parecer do douto Procurador-Geral da Câmara, Dr. Cláudio Velasquez.

Aí V. Exa. colocou que gostaria que tramitasse. Vários Vereadores assinaram pela tramitação, porém ninguém tem obrigação de votar favorável porque permitiu que fosse passado pelas comissões e pelo plenário. Mas o seu projeto veio a plenário pelo Art. 81, eu não estou entendendo certas coisas. Vem o Ver. Prof. Alex dizendo que quer diálogo. O diálogo vem da negociação, vem de vários aspectos, mas o projeto da Vereadora diz claramente: “Dias não trabalhados por servidores municipais decorrentes de decisão tomada em assembleia pelos sindicatos serão compensados com base em calendário a ser construído conjuntamente, não podendo ter desconto nos vencimentos, aplicação de sanções previstas na legislação funcional”. Ou seja, não tem diálogo, é justamente o contrário: é autoritário, porque diz que tem que fazer assim, e não conforme a negociação que porventura possa acontecer. Então, ao contrário, Ver. Alex, esse projeto não é de diálogo, esse projeto é autoritário. A Ver.^a Fernanda falou em democracia, e justamente o que não é democrático e é autoritário é esse projeto. A Ver.^a Sofia é a grande líder do Simpa. Nós vimos, em várias questões do ano passado em que o Simpa foi envolvido, que ela liderou a categoria, ou seja, é realmente a comandante do Simpa.

Senhoras e senhores, estamos discutindo aqui um projeto totalmente ilegal que incide em violação de vários artigos e não deve ser aprovado sob hipótese alguma.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Quero saudar a visita da corte do Carnaval, nosso Rei Momo Maurício, a Rainha do Carnaval e as Princesas que aqui se encontram. Sejam bem-vindos à Casa do Povo de Porto Alegre. É um prazer para nós saudar a corte do Carnaval de Porto Alegre, que alegra a nossa grande festa popular. Também o Juarez, Presidente da Liga das Escolas de Samba de Porto Alegre.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 163/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; eu quero me somar ao Presidente e saudar o Rodrigo, a nossa Rainha e as Princesas do Carnaval, bem-vindos a nossa Casa! Essa é a manifestação mais importante e mais genuína da nossa brasilidade.

Quero falar sobre esse projeto de lei que estamos discutindo e concordar com o Ver. Moisés, meu querido amigo. Eu, que já fui Presidente da CCJ, sobre essas questões da Lei Orgânica e da Constituição brasileira, esta é a lei maior, é o guarda-chuva sob o qual se assenta todo o restante das legislações: trabalhista, penal, civil, enfim, todas têm que estar sob a égide de um comando maior, que é o Direito Constitucional, em que temos consagrado um princípio republicano da separação dos Poderes, da autonomia dos Poderes, que são o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Aliás, ao contrário; na estrutura da organização dos Poderes, o primeiro é o Legislativo, o segundo é o Judiciário e o terceiro é o Executivo. O Executivo é o poder armado. No caso do Governo Federal, ele detém o comando das Forças Armadas. O Poder desarmado é o Legislativo, por isso ele tem que estar em primeiro lugar, até porque ele é a maior expressão do povo de um país. Aqui somos 36 e somos a sala de espelhos do que é Porto Alegre. Cada Vereador representa um determinado grupo ideológico, social, enfim, e nisso está a separação e as atribuições de cada um. Todos os dias, vemos aqui projetos de lei inconstitucionais, porque os Vereadores estão atribuindo obrigações ao Executivo que não que não podem atribuir. Agora, essa questão aqui. Vou aproveitar para fazer uma crítica ideológica.

A esquerda criou essa história das elites, que é uma falácia. Por quê? Porque elites tem em tudo que é lugar! Na própria esquerda, aqueles intelectuais, por exemplo, que compõem as esquerdas, eles, dentro desse espectro político, compõem uma elite. Os professores universitários da UFRGS, da PUC, seja lá o que for, eles compõem uma elite dentro disso. Então, todos os partidos têm. Agora, um dos grandes problemas que nós temos, para além disso, é a política de clientela. Todo mundo quer fazer política para suas clientelas. Isso é um problema do Brasil desde a sua origem, e aqui está mais um reflexo disso: determinados partidos estão fazendo política para a sua clientela. Como é que o Sindicato vai determinar, ou definir, se é prerrogativa do Executivo quando compensar as horas, os dias não trabalhados num processo de greve, que pode ser legítimo até o ponto

em que a Justiça diga que é ilegal ou que é ilegítimo? Isso é uma atribuição específica do chefe do Executivo e do Poder Executivo, não sendo nem nossa aqui na Câmara.

Enquanto nós, no Brasil, estivermos fazendo política de clientela, não olhando para a sociedade como um todo, e sim olhando para determinados interesses específicos e transformando as nossas cadeiras aqui em espaço de advocacia administrativa desses interesses, o Brasil não tem saída, o Brasil não tem solução.

Entra outras coisas, a tal reforma trabalhista, que se fala há muito tempo. Existem 15 mil sindicatos em nosso País, cartas sindicais. Que bom! Tem sindicato patronal e sindicato de trabalhador. O que não é bom nisso tudo é que haja contribuições sindicais, que são forçadas; contribuição tem que ser livre. Se o cidadão que é ligado àquele sindicato quer reforçar o seu sindicato, ele vai lá, paga e contribui, e o sindicato se organiza e é forte. Agora, está cheio de picaretagem pelo Brasil afora para ter carta sindical, se comprando carta sindical, se vendendo carta sindical, guerras de sindicato para saber quem vai ficar com esse, quem vai ficar com aquele. E um monte de dinheiro nosso que poderia estar na educação, poderia estar na saúde, poderia estar em qualquer outro lugar está indo para esses sindicatos. Então, tem que acabar também com isso, acabar com as aristocracias político-partidárias, acabar com as repúblicas, como foi com as repúblicas sindicais. Essa é a grande reforma que temos que fazer, e está fazendo política velha quem apresenta um projeto de lei dessa natureza, que, na verdade, está reproduzindo somente, não importa se for para trabalhador ou se for para patrão, um velho paradigma, uma velha forma de fazer política, que é a política da advocacia de determinados interesses que, no mais das vezes, se contrapõem aos interesses da sociedade como um todo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 163/16 por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. João Bosco Vaz (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h42min.)